



Ministério da Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Ao final do 1º semestre de 2018, a carteira alcançou o montante de R\$10.905,5 milhões, aumento de 26,5% quando comparado ao 1º semestre de 2017 (R\$8.622,0 milhões). A variação decorreu, principalmente, do maior ingresso de recursos do FNO, provenientes de novos repasses e/ou reembolsos das operações existentes em relação às liberações dos projetos.

A Carteira está composta por 85,5% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e os 14,5% de títulos privados estão aplicados em Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros, com ratings AAA, AA e A, demonstrando, assim, a posição conservadora do Comitê responsável pela Política de Aplicação da Tesouraria.

O Resultado das operações com Títulos e Valores Mobiliários atingiu R\$424,3 milhões, contra R\$505,2 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando redução de 16,0%. As Rendas com Títulos de Renda Fixa contribuíram com R\$344,5 milhões (R\$418,4 milhões no 1º semestre de 2017). Essas reduções foram decorrentes da queda havida na Taxa SELIC/CDI (de 10,1% para 6,4%), haja vista a CTVM ser indexada a esses indicadores.

Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$736,3 milhões, classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento", bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Captação de Recursos

Depósitos: essa captação encerrou o 1º semestre de 2018 com saldo de R\$4.017,7 milhões (R\$3.338,4 milhões no 1º semestre de 2017), tendo como maior participação os depósitos a prazo, correspondendo a 61,3% desse total.

LCA: as "Letras de Crédito do Agronegócio" (LCA) encerraram o 1º semestre de 2018 com saldo de R\$263,4 milhões (R\$426,8 milhões no 1º semestre de 2017).

Obrigações por Repasses: para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco dispõe de outras fontes, especialmente BNDES/FINAME e FDA. O saldo dessas captações, exceto câmbio, no encerramento do 1º semestre de 2018 é de R\$771,3 milhões (R\$764,1 milhões no 1º semestre de 2017).

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$1.882,5 milhões, inferior em 4,8% em relação ao mesmo período de 2017 (R\$1.977,4 milhões), impactado pelo prejuízo do semestre.

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2018 encerrou com índice de 13,3% (15,6% no 1º semestre de 2017).

4. PERSPECTIVAS PARA O 2º SEMESTRE 2018

As ações de crédito do Banco da Amazônia são responsáveis por 64% do fomento da região, contribuindo com a geração de postos de trabalho, com o aumento da arrecadação tributária e com a melhoria na distribuição de renda. São inúmeras as oportunidades de crescimento geradas mesmo vivendo em uma terra cheia de contrastes e de complicadores diversos, que exigem da Instituição cada vez mais determinação e reação diante do cenário desafiador de crise econômica.

Ao longo de mais de sete décadas, o Banco vem dando as respostas que a Amazônia precisa e espera, e por objetivo de continuar esse trabalho tão importante e diferenciado para a Região, que o Banco tem iniciado ações voltadas a garantir o resultado e reverter o atual prejuízo.

No crédito de fomento o Banco tem como meta R\$4,7 bilhões. No Pronaf, pretende aplicar R\$ 350 milhões. Através do Plano Safra 2018/2019 os recursos ofertados pelo Banco serão direcionados a projetos voltados para custeio agrícola, custeio pecuário, inovação no campo; máquinas, equipamentos, implementos, armazenagem e investimento. Também há apoio para atividades incentivadas que consistem em operações florestais destinadas ao financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, além do desenvolvimento de atividades sustentáveis e projetos para inovação tecnológica nas propriedades rurais.

As iniciativas do Banco para o segundo semestre de 2018 estão voltadas para fortalecimento das ações creditícias que já vêm sendo realizadas, como exemplo o projeto Reação. Será intensificada a gestão da PCLD, através de acompanhamentos específicos junto às unidades, com a criação e aperfeiçoamento das Coordenadorias Jurídicas Regionais (COJURs), como medida necessária para racionalizar os processos em condução e ampliar o acompanhamento de recuperação de crédito. Além disso, há previsão de lançamentos de novos produtos, que irão melhorar ainda mais o portfólio de produtos e serviços da Instituição.

Dentre as melhorias de processo, será realizada avaliação no fluxo de concessão de crédito, permitindo a identificação dos pontos críticos e das melhorias necessárias para dinamizar a concessão. E, a revisão do formato de verificação pela conformidade, que dará mais agilidade aos créditos, mantendo a segurança.

Destaca-se também a estratégia de repasse de recursos do FNO; a redução de despesas e a revisão dos volumes de recursos de fomento para o Mato Grosso e Maranhão, estados não contemplados pelo FNO, onde será possível intensificar a liberação de LCA, oportunidade extra para prospecção de clientes.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco, institucionalmente, inclui dentro de seus valores a adesão aos princípios da ética e transparência e todos os seus membros estão imbuídos deste compromisso. Por meio da Política de Treinamento promovida, os empregados e a alta administração são capacitados em temas como: Prevenção e Combate à Corrupção, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Ética nas Relações profissionais. A realização desses treinamentos é pré-requisito para participação em processos seletivos internos.

Em junho, foi realizada palestra sobre Ética e Relações Interpessoais, que abordou os desafios éticos nas instituições financeiras e o panorama das dificuldades percebidas com relação à ética corporativa no cotidiano das organizações e a natureza complexa desses desafios.

Em busca de adequação as melhores práticas de Governança Corporativa e maior robustez em sua estrutura, o Conselho de Administração - CONSAD, órgão de orientação superior do Banco da Amazônia, passou a ser composto por sete membros em razão da inclusão do membro independente e passou a ter apoio de dois comitês:

- **Comitê Estratégico de Riscos e de Capital:** criado para atender, também, ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017, com a finalidade de estabelecer conexão entre o risco assumido pela empresa

e aqueles que o acionista deseja assumir, manifestado pela atuação do Conselho de Administração, sistema que pretende proporcionar melhor comunicação externa e maior transparência ao mercado. Segundo a regulamentação o gerenciamento dos riscos deve ser integrado, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, risco operacional, risco de liquidez, risco socioambiental e demais riscos relevantes para o Banco.

- **Comitê Estratégico de Crédito, Governança e Sustentabilidade:** tem por competência principal assessorar o Conselho de Administração sob o enfoque estratégico e estrutural do crédito, de Governança e no que se refere à sustentabilidade.

No semestre, o CONSAD aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco da Amazônia. A medida atende ao Código Brasileiro de Governança Corporativa, que recomenda a adoção de políticas e práticas de governança, para assegurar que toda e qualquer transação seja realizada sempre no melhor interesse da organização, com plena independência e absoluta transparência.

Revista anualmente, a nova Política consolida o compromisso institucional com uma gestão responsável e transparente, que proporciona conforto e segurança aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às legislações e às normas dos órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários, e às melhores Práticas de Governança Corporativa.

No período, foi lançado o Programa de Integridade, em observância à Lei 12.846/13, consolidando as ações adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de atos lesivos qualificados como corrupção, no relacionamento com o público interno e externo. Isto reflete o compromisso da Alta Administração Instituição com a prevenção e o combate à corrupção e está aderente à missão, visão e valores do Banco da Amazônia.

O Programa de Integridade é voltado aos colaboradores e a terceiros que ajam no interesse ou benefício do Banco, e objetiva, também, prevenir, detectar e punir atos de corrupção praticados por pessoas jurídicas contra o patrimônio da Instituição.

Indicador de Governança

O Banco da Amazônia recebeu, em maio, pelo segundo ciclo consecutivo o Certificado do Indicador de Governança, concedido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, permanecendo classificado no Nível 1.

O IG-SEST contempla as empresas estatais federais de controle direto da União que apresentam excelência em governança corporativa. O Banco recebeu a pontuação 9,27 (base 4º trimestre de 2017), nota que não somente assegurou a permanência no Nível 1, como também demonstrou que o Banco vem melhorando cada vez mais suas práticas corporativas. No primeiro ciclo, o certificado foi garantido com a nota 7,81 (base 3º trimestre de 2017).

Além de acompanhar a qualidade da governança, o IG-SEST mensura o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e o disposto no Decreto nº 8.945/2016, que uniformiza a interpretação e detalha as estruturas de governança e controle do ponto de vista funcional e operacional presentes na Lei nº 13.303, tendo como premissas a heterogeneidade das empresas, a economicidade, a restrição fiscal, a transparência ativa e a profissionalização da gestão.

O IG-SEST, composto por três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias, classifica a empresa estatal em 4 Níveis de Governança, sendo quanto menor melhor.

O resultado alcançado nesta segunda avaliação demonstra o compromisso do Banco da Amazônia na adoção das melhores práticas de Governança Corporativa.

Gestão da Integridade, Correição e Canal de Denúncia Interno

O Banco da Amazônia trata o tema da Integridade investindo, arrojadamente, em três pilares: Integridade, Correição e o Canal de Denúncia Interno, assegurando assim o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

O Programa de Integridade traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraude e corrupção que venham a ocorrer e reflete o compromisso da alta administração do Banco com os princípios éticos para condução da gestão e dos negócios, disseminando a cultura de prevenção e combate à corrupção na Instituição.

A Diretoria de Controle e Risco (DICOR), por meio da COINC – Coordenadoria de Integridade, Correição e Canal de Denúncia é responsável pela gestão do Programa de Integridade, cujo resultado é objeto de reporte através de relatório trimestral ao Comitê de Auditoria (COAUD) e atua como interlocutora e principal promotora do programa no Banco da Amazônia.

No processo, a equipe que aborda a temática no Banco, utiliza-se das informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator o registro das manifestações online.

O Sistema CGU-PAD é um Sistema de Gestão de Processos Disciplinares. Foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), é um software que visa armazenar e disponibilizar, de forma rápida e segura, as informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Em atendimento à Resolução 4.567/2017, em maio foi inaugurado o Canal de Denúncias, que despontou com o estigma de funcionar como um instrumento democrático a ponto de quebrar barreiras hierárquicas a fim de proporcionar aos usuários um meio de comunicação alinhada com a liderança executiva da Instituição.

O canal é destinado ao público interno e externo, criado para receber relatos de situações contrárias às leis, códigos de conduta, princípios éticos e outras normas vigentes que norteiam a atividade da Instituição. Os meios de acesso são através de formulário na AmazôniaNet - Canal de Denúncia, ou através do e-mail canal.denuncia@bancoamazonia.com.br.

A partir do seu lançamento, o Canal recebeu nove registros. Essas denúncias são devidamente registradas e posteriormente encaminhadas às unidades responsáveis, para conhecimento ou eventuais providências e esclarecimentos. Em seguida, as respostas são remetidas aos denunciadores, quando identificados.